



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER –**  
**PL/GO**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2025**

(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Educação, a respeito da notícia que a pasta firmou um contrato de R\$ 40,3 milhões com uma empresa, onde o proprietário foi investigado pela Polícia Federal por fornecer menos pratos do que o previsto em um contrato com o Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Educação, quanto a notícia que a pasta firmou um contrato de R\$ 40,3 milhões com uma empresa, onde o proprietário foi investigado pela Polícia Federal por fornecer menos pratos do que o previsto em um contrato com o Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN).

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) Quais critérios foram utilizados pelo Ministério da Educação para selecionar a empresa de Cleyton dos Santos Amanajás para firmar o contrato de R\$ 40,3 milhões, considerando o histórico de investigações contra o empresário, incluindo a Polícia Federal e o Ministério Público do Amapá?*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER –**  
**PL/GO**

Apresentação: 03/04/2025 10:29:48.557 - Mesa

RIC n.1092/2025

- 2) *O MEC realizou uma análise de risco ou diligência prévia para verificar a idoneidade da empresa e do seu proprietário antes da assinatura do contrato, dado o histórico de suspeitas de fraudes e corrupção envolvendo o empresário em contratos anteriores, como o firmado com o Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN)?*
- 3) *O MEC tem conhecimento das investigações que apuraram irregularidades no contrato de Cleyton dos Santos Amanajás com o IAPEN, como a entrega de menos refeições e o fornecimento de refeições fictícias? Caso sim, qual foi a justificativa para que o MEC continuasse com a contratação da mesma empresa?*
- 4) *Houve algum tipo de verificação ou auditoria interna no MEC para garantir que não haverá práticas ilícitas, como o suborno de fiscais ou manipulação de documentos relacionados à execução do contrato? Se sim, quais foram os resultados dessa fiscalização?*
- 5) *O MEC tem mecanismos efetivos de fiscalização e acompanhamento para garantir que os recursos públicos sejam utilizados corretamente, especialmente em contratos com empresas com histórico de investigação policial e possíveis fraudes? Quais medidas estão sendo tomadas para monitorar a execução desse contrato específico?*
- 6) *Diante das suspeitas de irregularidades envolvendo o empresário Cleyton dos Santos Amanajás, quais providências estão sendo adotadas pelo Ministério da Educação para garantir que os recursos públicos estejam sendo aplicados de forma legítima e eficiente? O MEC considera reavaliar a continuidade do contrato?*
- 7) *O controle interno do Ministério da Educação está realizando os procedimentos de auditorias interna para verificar as possíveis irregularidades do processo licitatório*



\* C D 2 5 5 2 6 8 5 6 0 7 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER –**  
**PL/GO**

*que levou a contratação da empresa investigada? Quem são os responsáveis pelos processos licitatórios? Como é realizado o acompanhamento para evitar este tipo de constrangimento? Como o MEC planeja garantir que situações como esta não se repitam no futuro?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Educação, entenda como relevantes, para demais esclarecimentos visando esclarecer os procedimentos adotados pelo MEC em relação à escolha de fornecedores, a fiscalização de contratos e o zelo pela correta aplicação dos recursos públicos.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A recente notícia de que o Ministério da Educação (MEC) firmou um contrato no valor de R\$ 40,3 milhões com a empresa de Cleyton dos Santos Amanajás, empresário amapaense envolvido em graves investigações, é motivo de grande preocupação. O empresário já foi alvo de investigações da Polícia Federal, que apontaram práticas extremamente questionáveis e ilegais em outro contrato, desta vez com o Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN).

De acordo com publicação divulgada pelo site “Metrópoles”<sup>1</sup>, o Ministério da Educação (MEC) firmou um contrato de R\$ 40,3 milhões com uma empresa cujo dono foi preso pela Polícia Federal (PF) em operação que investigou a entrada de drogas, arma de fogo e aparelhos celulares em um presídio de Macapá (AP). Proprietário da Cozinha Gourmet, o empresário amapaense Cleyton dos Santos Amanajás, de 32 anos, chegou a ser detido em 2022.

No ano passado, o Ministério Público do Amapá abriu inquérito para investigar se a empresa de Cleyton inseriu refeições fictícias no sistema e subornou a fiscal responsável pela planilha de alimentação. A Polícia Federal

<sup>1</sup> <https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/empresario-alvo-da-pf-recebera-r-40-milhoes-do-ministerio-da-educacao>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER –**  
**PL/GO**

aponta que o empresário teria fornecido menos pratos do que o previsto em um contrato com o Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (Iapen).

Também, a reportagem informa que agora, a Cozinha Gourmet, que tem sede no Amapá, na região Norte, foi contratada pelo governo federal para fornecer refeições [café da manhã, almoço e jantar] à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no Sul, por dois anos.

Ressalta-se, que no contrato com o Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN), Cleyton dos Santos Amanajás foi acusado de fornecer menos refeições do que o previsto, além de inserir refeições fictícias no sistema de controle. Tais práticas não apenas configuram sérias irregularidades contratuais, mas também sugerem uma postura fraudulenta, capaz de desviar recursos públicos e prejudicar a integridade de serviços essenciais.

Esse cenário levanta questões fundamentais sobre a governança e a gestão de contratos públicos. Afirmar que uma empresa com um histórico de investigação e suspeitas de fraude tenha sido contratada pelo MEC para gerenciar um valor tão expressivo, de R\$ 40,3 milhões, sem a devida diligência e fiscalização, é no mínimo preocupante. O impacto potencial disso na qualidade dos serviços prestados e no uso de recursos públicos é extremamente grave e exige uma investigação imediata e transparente.

Diante disso, é essencial que as autoridades competentes, conduzam uma auditoria rigorosa sobre esse contrato, para garantir que os recursos públicos sejam devidamente aplicados e que casos de corrupção ou malversação de recursos sejam devidamente punidos.

Sala das Sessões, em      de      , de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**

*PL/GO*

